## CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

## <u>P A R E C E R</u> N° 59/71

Aprovado em 26/2/1971

O disposto no Decreto n $^{\circ}$  52.570, de 2 de dezembro de 1970, não se aplica aos estabelecimentos enquadrados no Artigo 104, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

PROCESSO CEE - N° 1.166/70.

INTERESSADO - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO EXPERIMENTAL DE JUNDIAÍ.

CONSELHO PLENO.

RELATOR - Conselheiro JAIR DE MORAES NEVES.

Acompanho o voto da nobre Conselheira relatora.

O Instituto de Educação Experimental de Jundiaí — este Colegiado já se pronunciou a respeito — enquadra-se no Artigo 104 da LDB. Tem regimento próprio.

Consequentemente não foi alcançado pelo disposto no Decreto n $^{\circ}$  52.570, de 2.12.1970, que alterou as Normas Regimentais.

O Artigo 3º daquele diploma legal obriga aqueles estabelecimentos que, possuindo regimento próprio, não estão enquadrados no Artigo 104.

A razão é simples. O Instituto de Educação Experimental de Jundiaí não obedece às Normas Regimentais. Não pode, portanto, ser alcançado por qualquer dispositivo que altere as referidas Normas.

Nesta altura, quando — ao que informa a nobre Conselheira Therezinha Fram — já foi realizado naquele estabelecimento o exame de seleção, seria inócua a conclusão do parecer, se não se resguardar o direito dos alunos que concluíram a  $4^a$  série ginasial naquele Instituto, os quais devem ter sua matrícula assegurada na  $1^a$  serie do colegial, independentemente do resultado do referido exame.

Este direito lhes é assegurado pelo regimento do Instituto, aprovado por este Conselho.

Assim, proponho:

- 1. que se responda à consulta, esclarecendo que o disposto no Decreto  $n^{\circ}$  52.570, de 2.12.1970, não se aplica aos estabelecimentos enquadrados no Artigo 104 da LDB;
- 2. que a direção do Instituto matricule na 1ª serie do ciclo colegial todos os alunos concluintes da 4ª série ginasial do estabelecimento;
- 3. que se encaminhe cópia do Parecer à Secretaria da Educação para as providências que entender cabíveis.

Sala das Sessões aos 26 de fevereiro de 1971.

(as) Conselheiro JAIR DE MORAES NEVES - Relator